

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/SECIR/2026
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL – SECIR/PA
PAE nº 2026/2673156

RESUMO



PROMOTOR

Estado do Pará | Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional

CNPJ nº 50.448.324/0001-65



OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de ferramentas, implantação, manutenção, suporte técnico e atualização contínua de solução integrada de tecnologia da informação, destinada ao gerenciamento de banco de dados de engenharia de custos e ao apoio à elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, compreendendo licença de uso de software especializado, treinamento de usuários e atualização de bases referenciais de preços para as 12 (doze) Regiões de Integração do Estado do Pará, cabendo exclusivamente aos profissionais legalmente habilitados da SECIR a elaboração, validação, aprovação e responsabilidade técnica pelos orçamentos, cronogramas, projetos, consultoria, composições de custos e demais atividades técnicas de engenharia desenvolvidas a partir das informações disponibilizadas pela solução contratada.



MÉTODO DE DISPUTA

- ☒ Aberto
- ☐ Aberto e fechado
- ☐ Fechado e aberto



CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- ☒ Menor preço



☐ Maior desconto

VALOR TOTAL

R\$ 785.569,00 (setecentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e nove reais)

REAJUSTE

Índice ☒ IPCA ☐ INCC ☐ Outro: (sigla)
☐ INPC ☐ IGPM

Período A cada **12 meses**, a contar da **data do orçamento estimado**.

PAGAMENTO

Forma Ordem bancária.

Prazo Até 30 **dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data **18/06/2026**

Hora **09h:00min.**

SUMÁRIO

CLÁUSULA 1	
Promotor do pregão	4
CLÁUSULA 2	
Fundamento legal	4
CLÁUSULA 3	
Objeto	4
CLÁUSULA 4	
Condições para participar da licitação	5
CLÁUSULA 5	
Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação	7
CLÁUSULA 6	
Preenchimento da proposta	10
CLÁUSULA 7	
Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances	11
CLÁUSULA 8	
Julgamento das propostas	17
CLÁUSULA 9	
Habilitação	21
CLÁUSULA 10	
Adjudicação e homologação	27
CLÁUSULA 11	
Recursos	27
CLÁUSULA 12	
Infrações e sanções administrativas	28
CLÁUSULA 13	
Impugnação ao edital	31
CLÁUSULA 14	
Disposições finais	32

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O PROMOTOR deste pregão é o **ESTADO DO PARÁ**, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL (UASG: 930694), CNPJ nº 50.448.324./0001-65, com sede na Avenida Governador José Malcher, nº 900 – 3º Andar, Umarizal, na cidade de Belém, Estado do Pará, neste ato representado pela Secretária FERNANDA REGINA DE PINHO PAES.

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 2.939, de 10 de março de 2023 e Decreto Estadual nº 2.940, de 10 de março de 2023, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CUSTOS, DESTINADA AO FORNECIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO CONTÍNUA DE INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI), COMPOSTA POR COMPUTADORES, SISTEMA INFORMATIZADO PARA ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE OBRAS E BANCO DE DADOS ATUALIZADO CONTENDO REFERÊNCIAS DE PREÇOS SINAPI, SICRO E SEDOP, COM ABRANGÊNCIA DAS 12 REGIÕES DE INTEGRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, conforme descrito no Termo de Referência (TR), o qual **ADERE** a este documento para todos os fins.

3.2 Os Serviços a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

Item	Preço unitário em Reais – R\$	Quantidade	Total em Reais – R\$
1	785.569,00	1	785.569,00
TOTAL			R\$ 785.569,00

3.3 A licitação observará o seguinte:

- ☒ **Item único;**
- ☐ **Divisão em itens**, conforme tabela do [item 3.2](#) deste edital;
- ☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou
- ☐ **Lote único**, formados por [informar número] itens, conforme tabela constante no TR, devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no [item 4.1](#) poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5. Não haverá itens com a participação **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

- a.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

- b.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- c.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- d.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;
- g.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;
- h.** Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a [alínea d do item 4.6](#) será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as [alíneas b e c do item 4.6](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

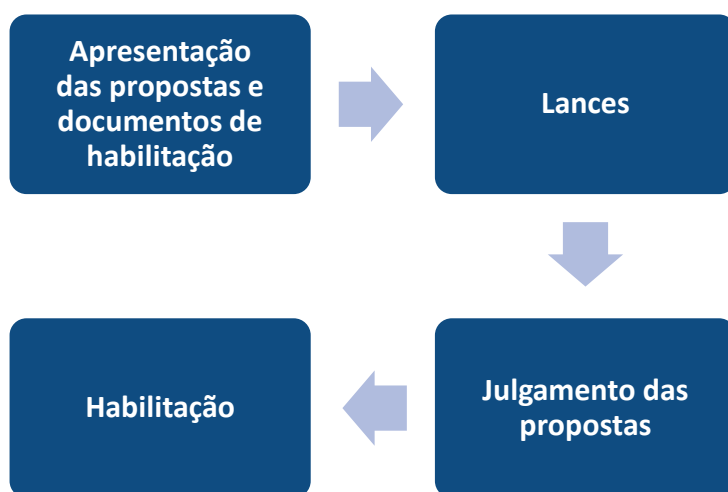
4.12 O disposto nas [alíneas b e c do item 4.6](#) não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto básico e/ou do projeto executivo.

4.13 A proibição do [item 4.7](#) também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

- a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua

proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- b.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- c.** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- d.** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- e.** Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo “*não*” apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.5.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.5.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.5.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.5.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.5.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.5.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.5.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.5.10 constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.5.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.6 A realização de declarações falsas nos [itens 5.3](#) e [5.4](#) sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.7 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.9 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parame- trizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

- a.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

- a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e
- b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do [item 5.10](#) será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.13 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.14 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

- a. ☒ valor do item.
- ☐ (percentual) desconto.
- b. Marca
- c. Fabricante
- d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação deste edital ou do Anexo I (TR), podendo ser resumida para atender aos limites de caracteres do sistema compras.gov.br.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta, e presume-se que esse tomou conhecimento de todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do Item 7.8.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no [item 6.6](#), o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

- a. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, demais órgão de fiscalização, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
 1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou
 2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.3 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.5 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.6 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.7 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de **1% (um por cento)**.

7.8 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.9 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras
<input checked="" type="checkbox"/> Aberto	<ul style="list-style-type: none">a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o

reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

- f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.10 Após o término dos prazos estabelecidos no Item 7.9, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.11 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.12 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.13 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.14 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.15 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.16.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.16.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.16.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem

naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.16.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.16.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.17 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.18 Havendo empate entre propostas ou lances, deverão ser utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem::

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

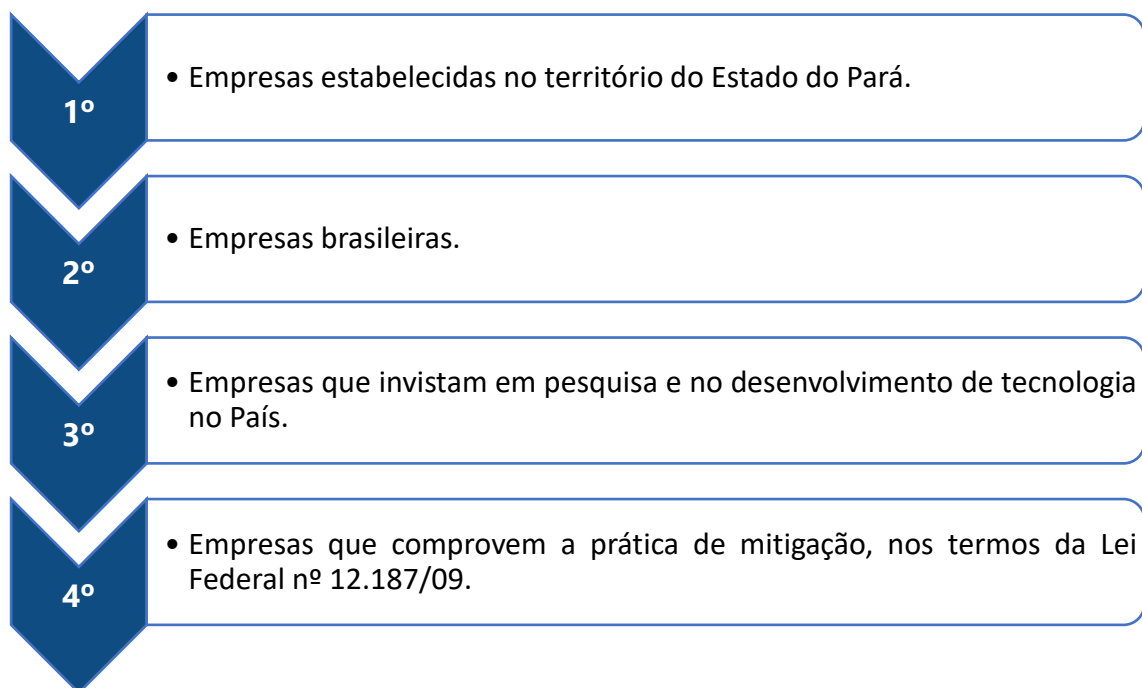
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18.1 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.19 Esgotados os critérios de desempate de que tratam os itens 7.18 e 7.18.1, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.20 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.20.1 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

7.21 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.22 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.23 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, exclusivamente através do módulo de convocação de anexos do sistema **www.gov.br/compras/pt-br**, e ainda, com as seguintes informações abaixo:

7.24.1 Valores expressos, obrigatoriamente, em real (R\$);

7.24.2 Valor TOTAL dos Itens propostos em algarismo e por extenso da proposta, em moeda corrente nacional e devidamente assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntamente com o instrumento de procuração, se houver. Os preços serão registrados com 02 (duas) casas decimais, incluído nos mesmos todos os custos diretos e indiretos de despesas, tais como: encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão de-obra, seguros, impostos, frete, tributos, taxas e contribuições sociais, parafiscais, comerciais, transportes, alimentação, despesas administrativas, lucro, materiais, tecnologias e matérias primas existentes, insumos necessários e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente;

7.24.3 Especificação dos itens ofertados de forma clara e detalhada, de acordo com as especificações e planilhas que compõem o objeto licitado, demais anexos e outras características que permitam identificar o objeto ofertado.

7.24.4 DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente e praça de pagamento.

7.24.5 Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.

7.24.6 Os serviços devem ser prestados dentro do prazo de vigência contratual, conforme determinado no TR.

7.24.7 Deverá apresentar as seguintes DECLARAÇÕES na PROPOSTA DE PREÇOS:

a) Declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão-de-obra, seguros, impostos, frete, tributos, taxas e contribuições sociais, parafiscais, comerciais, transportes, alimentação, despesas administrativas, lucro, materiais, tecnologias e matérias primas existentes, insumos necessários e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, e demais encargos de qualquer natureza necessários

ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, na data de entrega e proposta, nada mais sendo válido pleitear a esse título;

7.25 Por motivo de força maior, caso o licitante convocado, com proposta provisoriamente vencedora, não consiga enviar a documentação relativa à PROPOSTA DE PREÇO, deverá relatar o problema via e-mail: licitacao@secir.pa.gov.br, anterior término do prazo de convocação, para análise.

7.26 Eventual ausência de resposta do fornecedor, perante a convocação para remessa de quaisquer documentos, ensejará a desclassificação e/ou inabilitação imediatas, além da possível instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (Paar), em razão de aparente descumprimento das regras contidas na Clausula 12 do presente edital (Das Infrações Administrativas e Sanções), e de acordo com o previsto no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.27. É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item 7.29, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.28 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. SICAF;
- b. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - TCU (<https://portal.tcu.gov.br/certidoes/>);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- d. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

- a.** A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar (IN nº 3/2018, art. 29, §1º);
- b.** O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º);
- c.** Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4 Na hipótese de inversão de fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos,.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.
- f.** Não for apresentada dentro do prazo estipulado durante a convocação do Pregoeiro, via chat e/ou aviso no portal Compras Governamentais; e
- g.** Não for instruída com os elementos de informação auxiliares, solicitados pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio mediante diligência, salvo se houver justificativa expressa e aceita pelo agente operador do certame.

8.8 É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexecuibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos [itens 8.8](#) e [8.9](#), a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- c.** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- d.** Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e

dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13.3 Também se consideram erros no preenchimento da planilha, dentre outras falhas formais de baixa gravidade que não alteram a substância da proposta:

- a) Incorreções na soma e/ou multiplicação dos valores indicados nas células;
- b) Preços unitário e/ou total em branco, desde que haja o valor numérico ou por extenso no documento de apresentação da proposta;
- c) Preços unitários ou total superiores aos máximos fixados pela SECIR, desde que ajustados posteriormente a tais limites;
- d) Descrição incompleta de insumos, serviços e/ou equipamentos, quando for o caso;
- e) Rasura, ausência de assinatura ou texto ilegível; e
- f) Erros de digitação ou de ortografia.

8.13.4 As falhas formais serão objeto de diligência, a fim de que o licitante promova os ajustes necessários.

8.13.5 O licitante deverá ajustar somente os itens com preços unitários acima do máximo estabelecido no edital, mediante solicitação do Pregoeiro, sem alteração do valor total já proposto, salvo se a alteração do valor total for para menos.

8.13.6 O referido ajuste não poderá fazer com que o preço unitário de outros itens ultrapasse os limites fixados no ato convocatório e seus anexos (compensação via "jogo de planilha").

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

- a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou
- b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, sendo necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação.

9.1.1 Para fins de **qualificação técnica**, o participante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade comprovando o fornecimento de bem igual ou semelhante ao deste edital, demonstrando a aptidão para execução do objeto.

9.1.3 Para fins de **qualificação econômico-financeira**, o participante deverá apresentar balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, e Certidão Negativa de Falência ou Concordata, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição não superior a 90 (noventa) dias, quando não houver prazo de validade expresso no documento, conforme artigo 69, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.1.3.1 Caso haja alguma Ação Judicial distribuída relativa a Recuperação Judicial ou Extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.

9.1.3.2 O Balanço Patrimonial deverá estar assinado pelo profissional habilitado da área contábil e registrado na Junta Comercial ou Órgão competente;

9.1.3.3 Deverá ainda ser demonstrada por memória de cálculo, a comprovação da boa situação financeira vedada sua substituição por Balancetes ou Balanço provisório, comprovada através da aferição dos índices: Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Os índices de LG, SG e LC obtidos deverão ser maiores que 1,00 ou caso um dos índices for menor ou igual a 1,00, será verificado o Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor a ser contratado. Por sua vez, será verificada ainda a comprovação da situação financeira através do índice de Endividamento Geral (IEN) que deverá ter resultado menor que 1,00. Para todos os casos, serão aplicadas as seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$IEN = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3. Para fins de **habilitação fiscal, social e trabalhista**, o participante deverá apresentar a documentação pertinente considerando o teor do Art. 68, da Lei 14.133/21:

9.3.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3. A regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.3.4. A regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.3.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho;

9.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.4. Para fins de **habilitação Jurídica**, o participante deverá apresentar a seguinte documentação:

9.4.1. Comprovação de existência jurídica (Cartão CNPJ).

9.4.2. Documentos de Identidade com foto e do CPF, dos proprietários e/ou sócios e/ou responsáveis legais da empresa, conforme Contrato Social da empresa;

9.4.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.4.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.6 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.7. Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.7.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais

9.8 Os documentos exigidos para a habilitação deverão ser apresentados por meio digital, admitindo-se a remessa de documentos físicos originais somente em caso excepcional

9.9 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.10 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.11 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação

9.12 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.13 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.13.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver

dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

9.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

9.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.15 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.16 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas corridas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.17 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.18 As Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's e Microempreendedores Individuais – MEI's deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

9.18.1 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's e Microempreendedores Individuais – MEI's, somente será exigida para efeito de assinatura do Contrato, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, observado o disposto nos §§1º e 2º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06.

9.18.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito das Microempresas – ME's, Empresas de Pequeno Porte – EPP's e Microempreendedores Individuais – MEI's vencedora à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 39 da IN SEGES/ME nº 73/2022 combinado com o art. 4º do Decreto Federal nº 8.538/2015, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

9.18.3 A empresa que DECLARAR falsamente se tratar de Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedor Individual – MEI ou Sociedade Cooperativa para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei

Complementar nº 123/06 e suas alterações incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis.

9.18.4 DECLARAÇÃO (Exigida somente p/ ME/EPP/MEI):

9.18.4.1 Deverá ser apresentada somente pelas licitantes do porte ME/EPP/MEI, Declaração de que, no ano-calendário da realização da licitação, ainda que não tenham celebrado Contrato(s) com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, em observância do limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) na licitação, de acordo com o previsto nos §§1º ao 3º, art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.19 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

- a.** Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação;
- b.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e
- c.** Para corrigir ilegibilidade, ausência de assinatura ou omissão de informação essencial no conteúdo já apresentado anteriormente ao Pregoeiro.

9.20 A diligência ocorrerá por meio de mensagem no chat do portal Compras Governamentais ou via e-mail, sendo tal evento registrado na Ata do certame ou, na hipótese do correio eletrônico, em arquivo PDF contendo a íntegra da mensagem e respectiva resposta, juntado posteriormente ao processo administrativo da licitação, promovendo-se a devida transparência do ato.

9.21 O Pregoeiro poderá realizar novas diligências para esclarecer elementos que ainda não foram objeto de questionamentos ao fornecedor.

9.22 O licitante que deixar de responder à diligência, ou não a responder com todas as informações requisitadas, estará sujeito à desclassificação da proposta, à inabilitação no certame e à possível sanção de impedimento, prevista no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.23 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.24 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no [item 9.13](#).

9.25 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.26 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

- a.** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, **no prazo de 10 (dez) minutos**, sob pena de não ser possível apresentar o recurso (preclusão); e
- b.** O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação; e

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

- a.** Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou

- b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo administrativo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal ComprasPará, sendo que, somente durante a fase recursal, pode ser solicitada via e-mail: licitacao@secir.pa.gov.br, a fim de tornar mais célere o pedido e facilitar o exercício da ampla defesa e do contraditório, nos prazos da Lei.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
	Multa
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
	<i>e</i>
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:	Impedimento de licitar e contratar*
1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de “Declaração de inidoneidade para licitar e contratar”.
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da	

proposta quando exigível;

3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 4. Deixar de apresentar amostra;
 5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

e. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação;

f. Fraudar a licitação;

g. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. Agir em conluio ou contra a lei;
2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

h. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

i. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.

Multa

15% a 30% do valor do contrato licitado.

e

Declaração de inidoneidade para licitar e contratar

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3 As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida.
- b. As peculiaridades do caso concreto.
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea c do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.10 O procedimento de responsabilização será instaurado mediante Portaria e observará o disposto no Capítulo V do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024.

12.10.1 Na fase de instrução do processo serão avaliados os fatos e circunstâncias da infração, tendo como fundamento, dentre outros, o edital da licitação e a manifestação do pregoeiro.

12.10.2 Colhidos os elementos elencados no item 12.10.1, o LICITANTE será notificado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, apresentar defesa e especificar as provas que pretenda produzir.

12.10.3 Será indeferida, mediante decisão fundamentada, a produção de prova ilícita, impertinente, desnecessária, protelatória ou intempestiva.

12.10.4 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de provas ou juntada de novos elementos probatórios, o licitante será intimado para apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

12.10.5 Encerrada a instrução, o servidor ou comissão elaborará Relatório Conclusivo, na forma do art. 23 do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024, o qual será remetido à autoridade competente para julgamento.

12.11 Na hipótese em que o julgamento determinar a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo apenado.

12.11.1 O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso à autoridade superior.

12.11.2 Caso as sanções de multa e impedimento de licitar e contratar tenham sido aplicadas pelo titular do respectivo órgão ou entidade, caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da decisão pelo apenado, conforme art. 25, §3º, do Decreto Estadual nº 3.813, de 1º de abril de 2024.

12.12 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá apenas pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contados a partir da ciência da decisão pelo apenado.

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 Tanto as respostas como as solicitações de esclarecimentos e impugnações serão divulgados em campo próprio no portal www.gov.br/compras/pt-br, e sítio eletrônico oficial do órgão demandante no portal da SECIR, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado

ao último dia anterior à data da abertura do certame, para ciência de todos os interessados.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio eletrônico: licitacao@secir.pa.gov.br

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Belém (PA), 28 de maio de 2026.

EDER DE JESUS
FERREIRA
CARDOSO:82236
968272
Éder de Jesus Ferreira Cardoso

Assinado de forma digital
por EDER DE JESUS
FERREIRA
CARDOSO:82236968272
Dados: 2026.05.28
14:48:53 -03'00'

Pregoeiro

Matricula: 5986203

FERNANDA REGINA
DE PINHO
PAES:72097248268
FERNANDA REGINA DE PINHO PAES
Secretária
Matrícula: 54189112

Assinado de forma digital
por FERNANDA REGINA DE
PINHO PAES:72097248268
Dados: 2026.05.28 14:38:51
-03'00'

TERMO DE REFERÊNCIA N° 04/2026 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA DE CUSTO COM FORNECIMENTO DE SOFTWARE
PAE n° E-2026/2673156

1 - O QUE SERÁ CONTRATADO? (art. 6º, XXIII, a e i)							
Lote	Item	Descrição	Código CATSE R	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado	Total
1	1	Contratação de empresa especializada para fornecimento de ferramentas, implantação, manutenção, suporte técnico e atualização contínua de solução integrada de tecnologia da informação, destinada ao gerenciamento de banco de dados de engenharia de custos e ao apoio à elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, compreendendo licença de uso de software especializado, treinamento de usuários e atualização de bases referenciais de preços para as 12 (doze) Regiões de Integração do Estado do Pará, cabendo exclusivamente aos profissionais legalmente habilitados da SECIR a elaboração, validação, aprovação e responsabilidade técnica pelos orçamentos, cronogramas, projetos, consultoria, composições de custos e demais atividades técnicas de engenharia desenvolvidas a partir das informações disponibilizadas pela solução contratada.	30001	01	01	R\$ 785.569,00	R\$ 785.569,00
						VALOR GLOBAL ESTIMADO	R\$ 785.569,00

2 - JUSTIFICATIVA DA NÃO DIVISÃO (art. 47, II e § 1º)	
Conforme art. 40, §§ 2º e 3º e art. 47, II e § 1º da Lei nº 14.133/2021 a aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras e serviços, deverá ser considerada nos casos em que há viabilidade da divisão do objeto em lotes e o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior	

vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

Perante o exposto no decorrer desta justificativa e com base na Lei nº 14.133/2021, a licitação para a contratação do objeto deste Termo de Referência, torna-se mais viável com a contratação em único lote.

Justifica-se a não divisão do objeto em lotes e/ou do agrupamento em grupos devido aos seguintes fatores: i) a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; ii) o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; iii) o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.

3 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

(art. 6º, XXIII, c)

3.1 - QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?

A SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL tem por missão propor, formular e implementar a política de organização urbana e regional, em conformidade com o disposto nos arts. 50 e 236 da Constituição do Estado do Pará, assim como planejar, articular, coordenar, monitorar e avaliar ações que contribuam para a integração socioeconômica, cultural e físico-espacial do território paraense, com vistas ao desenvolvimento regional e redução das desigualdades entre as diversas regiões do Estado.

São funções básicas da Secretaria de Estado das Cidades e Integração Regional (SECIR):
I - planejar, coordenar e articular a execução de políticas públicas para transformar as cidades em espaços mais humanizados e ampliar o acesso da população à moradia, saneamento e transporte; II - promover e gerenciar o ordenamento territorial do Estado, através da formulação de diretrizes e estratégias de desenvolvimento urbano e regional, de forma a garantir a adequada distribuição espacial das atividades econômicas e sociais e dos equipamentos urbanos, públicos e privados, e a estruturação de um sistema de cidades hierarquizado; III - promover o desenvolvimento equilibrado das cidades e regiões do Estado do Pará, por meio de ações de planejamento urbano e metropolitano, estruturação e requalificação urbana, habitação, saneamento, mobilidade, fortalecimento institucional dos municípios do Estado do Pará; IV - assessorar os municípios nas questões relativas à gestão e planejamento urbano, pelo estabelecimento de parcerias, visando a elevar os níveis de eficiência da ação pública e a transferência de conhecimentos; **V - articular e coordenar a formulação das diretrizes e estratégias de políticas públicas que se efetiva no espaço estadual, de forma a garantir o desenvolvimento integrado das regiões do Estado; VI - coordenar e promover a elaboração de estudos setoriais e espaciais, identificando as demandas da sociedade e as alternativas para o desenvolvimento, atendendo a sustentabilidade e a integração das regiões do Estado; VII - articular a participação da União e dos municípios, em parceria com a sociedade civil, em ações que garantam a integração socioeconômica e espacial por meio de atividades, programas e projetos dos setores governamentais, com vistas ao desenvolvimento regional e local e à redução das desigualdades entre as regiões de integração do Estado; VIII - planejar, articular, coordenar, desenvolver e implementar as políticas urbanas de habitação, saneamento, acessibilidade, planejamento do uso do solo e mobilidade urbana; IX - definir diretrizes para a elaboração de estudos, planos e projetos de habitação e saneamento; X - formular a gestão e a execução da política estadual de saneamento básico no Estado do Pará, respeitadas as atribuições e competências constitucionais dos entes federados; XI - coordenar as ações estaduais de organização e desenvolvimento das cidades em parceria com os municípios; XII - elaborar e executar políticas, planos, programas e projetos de integração regional, desenvolvimento urbano, habitação e saneamento; e XIII - gerir o Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM), criado pela Lei Estadual nº 6.623, de 9 de janeiro de 2004.**

	<p>Criada em abril de 2023, a SECIR apresenta carência de serviços essenciais de infraestrutura necessários à contratação de serviços de engenharia, tais como sistemas de banco de dados, softwares especializados e equipe técnica qualificada, apta a atender à demanda de elaboração de orçamentos de obras destinados à composição de Termos de Referência. Acresce-se a esse cenário as dificuldades decorrentes da extensa dimensão territorial do Estado, o que motivou a adoção, pelo Governo Estadual, de uma divisão administrativa em 12 (doze) Regiões de Integração, reunindo em cada Região municípios com características e demandas comuns, objetivando o desenvolvimento regional e o fortalecimento das iniciativas locais nos setores de comércio, indústria e serviços, em consonância com a Lei nº 9.887/2023. Diante da necessidade de estruturação adequada para a execução das atribuições que lhe foram conferidas — especialmente no que se refere aos itens V e VI anteriormente destacados — a SECIR opta pela contratação de empresa especializada, detentora de corpo técnico qualificado e infraestrutura tecnológica compatível, incluindo sistemas de software e bases de dados, capaz de suprir as suas necessidades institucionais, notadamente prover bancos de dados para a elaboração de orçamentos de obras, utilizando como referência os sistemas oficiais SINAPI e SICRO, quando se tratar de recursos federais, bem como adotando parâmetros compatíveis com os preços praticados nas Regiões de Integração, nos casos de utilização de recursos do Tesouro Estadual. Tal medida visa assegurar a conformidade com o Decreto nº 7.983/2013 e com a Lei nº 14.133/2021, em especial o disposto no art. 23, § 3º, que assim estabelece “Nas contratações realizadas por Municípios, Estados e Distrito Federal, desde que não envolvam recursos da União, o valor previamente estimado da contratação, a que se refere o caput deste artigo, poderá ser definido por meio da utilização de outros sistemas de custos adotados pelo respectivo ente federativo”, em claro aceno de valorização das culturas e práticas regionais evidentes no Estado do Pará, caracterizado por imenso território com longas distâncias entre polos de desenvolvimento regional, e entrecortado por grandes rios e grandes distâncias que impõem modais diversificados de transporte com significativo distanciamento dos preços regionais em relação aos preços praticados na capital do estado para onde os preços SINAPI, SICRO e SEDOP são aplicáveis.</p>
4 - NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO (art. 6º, XXIII, a; art. 18, III)	
4.1 - NATUREZA	Prestação de serviços de natureza continuada.
4.2 - HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. O contratado se obriga a apresentar garantia, antes da assinatura do contrato, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) da contratação, em uma das seguintes modalidades:</p> <p>a) Caução em dinheiro</p> <p>b) Título de dívida pública;</p> <p>c) Fiança bancária;</p> <p>d) Seguro-garantia.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>

5 - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO (art. 6º, XXIII, h)	
5.1 - FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão eletrônico. <input type="checkbox"/> Concorrência.
5.2 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
5.3 - O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input type="checkbox"/> Sim. Justificativa: (Caso se assinale “sim”) <input checked="" type="checkbox"/> Não.
5.4 - CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>A Proposta de Preço deverá ser apresentada conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no edital licitatório, devendo conter os seguintes elementos abaixo discriminados:</p> <p>a) Proposta de Preços, a qual deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo A do Termo de Referência;</p> <p>b) Planilha de Quantidades e Preços, a qual deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo I do Termo de Referência, não sendo permitida alterações de descrições, unidades e quantidades de serviços;</p> <p>c) Declaração de Comprovação de Propriedade, a qual deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo III do Termo de Referência;</p> <p>d) Declaração de Comprometimento de Conversão, a qual deverá ser preenchida de acordo com o modelo do Anexo IV do Termo de Referência;</p> <p>Os valores serão expressos, obrigatoriamente, em real (R\$).</p> <p>Valor TOTAL do serviço proposto em algarismo e por extenso da proposta, em moeda corrente nacional e devidamente assinada pelo representante legal da licitante ou procurador, juntamente com o instrumento de procuração, se houver. Os preços serão registrados com 02 (duas) casas decimais.</p> <p>Na proposta de preços deverá constar a Especificação do serviço ofertado de forma clara e detalhada, de acordo com as especificações e planilhas que compõem o objeto licitado, demais anexos e outras características que permitam identificar o serviço ofertado.</p> <p>Na proposta de preços deverá constar os DADOS DO LICITANTE: Nome do representante legal da empresa, Razão Social, endereço completo com CEP, telefone, endereço eletrônico (e-mail), número do CNPJ, nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente e praça de pagamento</p>

	<p>Na proposta de preços deverá constar o Prazo de validade da Proposta de Preços: não inferior a 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua apresentação.</p> <p>Além dos documentos acima relacionados, a proponente terá que apresentar declaração expressa de que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, mão-de-obra, seguros, impostos, frete, tributos, taxas e contribuições sociais, parafiscais, comerciais, transportes, alimentação, despesas administrativas, lucro, materiais, tecnologias e matérias primas existentes, insumos necessários e demais despesas decorrentes da execução do objeto licitado, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, e demais encargos de qualquer natureza necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos, na data de entrega e proposta, nada mais sendo válido pleitear a esse título.</p> <p>Visando a elaboração de orçamentos de obras em conformidade com a Lei 14.133/2021, a solução a ser contratada deverá contemplar as seguintes funcionalidades e obrigações operacionais:</p> <p>a) Importar serviços e quantitativos provenientes de planilha Excel, sendo aceito que a empresa contratada defina a formatação de dados na planilha Excel para fins de importação de dados para o banco de orçamentos do programa ofertados;</p> <p>b) Responsabilizar-se pelo correto funcionamento e operação do programa aplicativo de orçamento e do programa gestor do banco de dados;</p> <p>c) Prover a criação e implantação de novos relatórios e de novos recursos no programa, em atendimento a interesses da SECIR;</p> <p>d) Efetuar a substituição dos programas executáveis por versões atualizadas, sempre que houver novos recursos desenvolvidos ou problemas na versão existente;</p> <p>e) Manter o histórico de versões dos orçamentos no banco de dados, de forma a permitir resgatar, a qualquer momento, uma versão específica;</p> <p>f) Responsabilizar-se por manter back-up dos programas e do banco de dados, de modo a assegurar a continuidade do trabalho, bem como resgatar dados anteriores e casos fortuitos;</p> <p>g) Promover atualizações técnicas nos programas ofertados, visando mantê-lo alinhado com a tecnologia de tratamento de dados de interesse da SECIR;</p> <p>h) Manter sigilo sobre dados e informações utilizados para a elaboração do trabalho;</p> <p>i) Promover treinamento de capacitação do sistema, aberto a servidores da secretaria, uma vez ao ano, com certificação de operação do programa e seus recursos.</p> <p>j) Disponibilizar ferramentas que permitam aos usuários da SECIR criar, editar e gerenciar composições de custos, encargos sociais, BDI, cronogramas físico-financeiros e demais elementos necessários à elaboração de orçamentos de obras;</p> <p>k) Disponibilizar recursos computacionais para análise de consistência dos dados inseridos pelos usuários;</p> <p>l) Permitir a parametrização de encargos sociais, índices e coeficientes utilizados pela Administração;</p> <p>m) Disponibilizar funcionalidades para elaboração e gerenciamento de cronogramas físico-financeiros;</p> <p>n) Disponibilizar funcionalidades de apoio à análise de preços e geração de relatórios gerenciais.</p>
<p align="center">6 - REQUISITOS DA CONTRATADA (art. 6º, XXIII, d)</p>	
<p>6.1 -</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Sim. Qual? a) Certificado de Registro e Quitação do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da empresa licitante,</p>

<p>SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?</p>	<p>assim como de seu(s) responsável(is) técnico(s) da região a que estiverem vinculados. No caso de empresas licitantes e de seus responsáveis técnicos não serem registrados/inscritos no CREA do Estado do Pará, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.</p> <p>b) Comprovação de aptidão para execução do objeto por meio de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente ao(s) responsável(is) técnico(s) da empresa e atestado(s) de capacidade emitido(s) por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda por empresas privadas, relativo a obras ou serviços de características técnicas similares e de complexidade tecnológica e operacional equivalentes, contendo, no mínimo os serviços mais relevantes e quantidades mínimas do quadro Anexo II – Itens Relevantes para Qualificação Técnica;</p> <p>c) Comprovar, mediante contrato com entidade pública e atestado de capacidade técnica, ter elaborado banco de dados de serviços de engenharia com montagem de composições de custo;</p> <p>d) Comprovar possuir legitimidade jurídica para disponibilizar, licenciar, implantar, atualizar e prestar suporte ao software ofertado, mediante apresentação de:</p> <p>I – certificado de registro do programa de computador emitido pelo INPI; ou</p> <p>II – licença de uso; ou</p> <p>III – contrato de cessão de direitos; ou</p> <p>IV – contrato de representação comercial ou técnica; ou</p> <p>V – outro instrumento jurídico idôneo que demonstre autorização formal para exploração, manutenção e suporte da solução durante toda a vigência contratual.</p> <p>As exigências têm por fim:</p> <p>a) A exigência de Certidão de Acervo Técnico – CAT decorre exclusivamente da necessidade de comprovação da capacidade técnica da licitante para executar atividades relacionadas à implantação, parametrização, alimentação, validação, manutenção, atualização e gerenciamento de bancos de dados de engenharia de custos, bem como da operação e suporte de sistemas informatizados destinados à elaboração de orçamentos de obras, garantindo que a Contratada seja detentora de capacidade técnica para execução das atividades que se propõe.</p> <p>b) Atender aos princípios da legalidade e eficiência.</p> <p>Por quê?</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>6.2 -</p>	<p><input type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</p>

QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	cumprimento da futura obrigação contratual.	
	<input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.	Justificativa: Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.
	<input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso.	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input checked="" type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional.	Justificativa: Exigências pertinentes considerando o teor do Art. 67 da Lei 14.133/21. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional.
	<input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. Especificar: (Indicar o requisito e o seu fundamento legal).	Justificativa: (Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).
	<input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	
6.3 - HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<input type="checkbox"/> Sim. Especificar: (Caso se assinale "sim") <input checked="" type="checkbox"/> Não.	
6.4 - SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA?	Especificar: I - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); II - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; <input checked="" type="checkbox"/> Sim. III - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. IV - a habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos <input type="checkbox"/> Não.	

<p>6.5 - HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim.</p> <p>O licitante deverá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços no período de dd/mm/aaaa a dd/mm/aaaa, no horário de XXhYYm às XXhYYm, mediante agendamento para acompanhamento de servidor do órgão.</p> <p>Caso o licitante não tenha interesse na vistoria, deverá firmar declaração nesse sentido, concordando com as condições do local de trabalho, renunciando à possibilidade de alegar desconhecimento das instalações posteriormente.</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Não.</p>
<p>7 - FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (art. 6°, XXIII, e)</p>	
<p>7.1 - COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</p>	<p>O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p> <p>Ademais, será prestado de forma contínua e presencial/remota, sob demanda da Secretaria das Cidades e Integração Regional – SECIR.</p> <p>A prestação contratual compreenderá exclusivamente atividades de natureza tecnológica relacionadas ao fornecimento da solução informatizada, implantação, manutenção, atualização, suporte técnico, treinamento e gerenciamento do banco de dados de engenharia de custos, não abrangendo a elaboração de orçamentos específicos, projetos, cronogramas, pareceres técnicos ou quaisquer atividades que impliquem responsabilidade técnica de engenharia perante a Administração Pública. Neste contexto, a contratada deverá disponibilizar e manter os recursos tecnológicos necessários ao adequado funcionamento da solução, observadas as seguintes atividades e funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Importar serviços e quantitativos provenientes de planilha Excel; • Manter o histórico de versões dos orçamentos no banco de dados; • Responsabilizar-se pelos back-up do programa e do banco de dados; • Promover atualizações técnicas no programa ofertado; • Manter sigilo sobre dados e informações utilizados para a elaboração do trabalho. <p>Gestão do banco de dados de orçamento de obras da SECIR:</p> <p>Prover o tratamento adequado às tabelas SICRO, SINAPI e SEDOP mantendo a sua integridade, porém projetando preços vigentes na Capital do Estado, para as regiões de integração do Estado do Pará;</p> <p>Coletar preços de materiais extraídos, fabricados ou produzidos em cada região de integração do Estado, e substituir os preços das tabelas das respectivas regiões de integração pelos preços coletados. A atualização de preços coletados terá vigência semestral;</p> <p>Coletar os preços das categorias de mão de obras em convenções coletivas regionais e substituir esses preços nas respectivas regiões de integração. A atualização de preços no sistema acontecerá no mês seguinte ao de sua publicação pelo SINDUSCON ou Sindicato Regional de Trabalhadores.</p> <p>O sistema permitirá aos orçamentistas criarem novos suprimentos e novas composições. Esses novos suprimentos e novas composições de preço que vierem a ser criados, ficarão em uma tabela própria cujo nome será SECIR para melhor identificar a fonte em relatórios ou consultas futuras. Todas as criações serão efetuadas na matriz e copiadas para a região de integração de interesse do orçamentista;</p>

	<p>Os preços oficiais SICRO, SINAPI e SEDOP serão atualizados na Capital do Estado, no mês seguinte a sua publicação. Nesse evento os preços serão projetados para as Regiões de Integração, porém os preços regionais coletados e atualizados não serão sobrepostos por preços projetados.</p> <p>Zelar pela qualidade dos relatórios, mantendo-os com boa apresentação e tecnicamente corretos, adequando-os a legislação e aos processos internos da SECIR sempre que necessário.</p>
7.2 - LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	Os softwares e demais recursos serão instalados nas dependências da CONTRATANTE na cidade de Belém Estado do Pará, onde também será ministrado o treinamento de uso do programa de computador, de orçamento de obras, ofertado
7.3 - MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	Será designado um representante da CONTRATANTE, mediante portaria expedida pela SECIR, desempenhada por servidor designado a quem caberá a gestão e a fiscalização do contrato, devendo anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução do referido Contrato, determinando ainda o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
7.4 - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, SIGILO, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PREVENÇÃO AO LOCK- IN TECNOLÓGICO	<p>A contratada deverá observar integralmente a Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), bem como adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias à proteção dos dados, informações, bancos de dados, documentos e registros acessados ou tratados em razão da execução contratual, observadas as disposições abaixo:</p> <p>As partes reconhecem que a SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL – SECIR atua na qualidade de Controladora dos dados, competindo-lhe as decisões referentes ao tratamento, enquanto a CONTRATADA atuará na qualidade de Operadora, realizando o tratamento de dados estritamente de acordo com as diretrizes e instruções fornecidas pela SECIR.</p> <p>A CONTRATADA compromete-se a tratar dados pessoais, bancos de dados, planilhas, orçamentos e informações estratégicas do Estado do Pará única e exclusivamente para a finalidade de execução do objeto contratual (fornecimento e manutenção de sistema de engenharia de custos), sendo expressamente vedado qualquer uso diverso, compartilhamento ou comercialização de dados para obtenção de vantagem econômica própria ou de terceiros.</p> <p>A CONTRATADA, seus empregados, representantes, prepostos e eventuais subcontratados deverão manter absoluto sigilo sobre todas as informações, documentos e dados a que tiverem acesso em razão da execução contratual, cuja obrigação de confidencialidade permanecerá vigente mesmo após o encerramento, rescisão ou término do contrato.</p> <p>A CONTRATADA deverá implementar medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados e informações armazenados ou processados pela solução tecnológica contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, divulgação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.</p> <p>A CONTRATADA deverá manter rotinas de backup e mecanismos que assegurem a continuidade operacional da solução e a recuperação dos dados em caso de falhas ou incidentes. Os procedimentos de segurança deverão permanecer atualizados durante toda a execução contratual.</p>

	<p>A CONTRATADA deverá comunicar à SECIR, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da ciência do fato, qualquer incidente de segurança que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos dados e informações tratados no âmbito do contrato. A comunicação deverá conter, no mínimo: a descrição da natureza dos dados afetados, os riscos relacionados e as medidas técnicas adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo. A ocorrência de vazamento de informações estratégicas ensejará o bloqueio imediato de acessos e a aplicação das sanções contratuais cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa.</p> <p>A CONTRATADA obriga-se a fornecer à SECIR, sem qualquer custo adicional, a integralidade dos históricos de orçamentos, composições e bancos de dados em formatos estruturados, abertos e editáveis, obrigatoriamente nas extensões .xlsx (planilhas) e .sql (banco de dados). A exportação deverá permitir a plena utilização dos dados pela Administração, independentemente da manutenção da solução contratada, sendo vedada qualquer prática que gere dependência tecnológica da Administração em relação à CONTRATADA ou que dificulte a migração dos dados para outra plataforma ou sistema.</p> <p>A CONTRATADA responderá de forma solidária e integral pelos danos decorrentes do descumprimento das obrigações relacionadas à proteção de dados, sigilo e segurança da informação, sem prejuízo da aplicação das penalidades administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e no contrato.</p> <p>Caso a SECIR venha a sofrer qualquer autuação, advertência ou sanção pecuniária (multa) por parte da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) decorrente de falha, negligência, imprudência, imperícia ou dolo da CONTRATADA no tratamento dos dados ou na segurança do sistema, o Estado do Pará exercerá seu direito de regresso, retendo os valores devidos nas faturas mensais ou executando a Garantia Contratual para o ressarcimento integral do Erário.</p>
8 - PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, a e g)	
8.1 - PRAZO DO CONTRATO	12 meses.
8.2 - HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. <input type="checkbox"/> Não.
8.3 - FORMA DE PAGAMENTO	<p>Meio Ordem bancária.</p> <p>Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará</p> <p>Como? A Contratada deverá emitir nota fiscal/fatura em moeda nacional (real), correspondente à prestação dos serviços. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, conforme boletim de medição atestado pelo Fiscal do Contrato.</p> <p>Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com a apresentação dos documentos de regularidade.</p>

	Documentos necessários à regularidade 1. Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. ou 2. Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
8.4 - QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual é uma faculdade da Administração, devendo ser adotada com base em critérios de conveniência, oportunidade e proporcionalidade, considerando os riscos envolvidos na execução do objeto contratual. No presente caso, a Administração opta por exigir 5% do valor do contrato.
8.5 - CONSIGNAÇÃO EM JUÍZO DE VERBAS TRABALHISTAS	Não se aplica.
9 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, j)	
9.1 - DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática: 230101-1-15-1489-7567 Elemento de Despesa: 339039 Fonte do Recurso: 01500000001-000000

Integram este TERMO DE REFERÊNCIA, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇO;

ANEXO II – ITENS RELEVANTES PARA QUALIFICAÇÃO;

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE CONVERSÃO;

ANEXO V – BDI.

Belém (PA), 27 de maio de 2026.

ANA CARLA FARO GOMES
Engenheira Sanitarista e Ambiental
Matrícula nº 5994391-1

ANEXO I – PLANILHA DE QUANTIDADES E PREÇO.

Objeto: Serviços de fornecimento de programa de computador de orçamento de obras e banco de dados com preços SINAPI e SEDOP para as 12 regiões de integração do Estado do Pará.

QUADRO DE QUANTIDADES E PREÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Pr. Unit.	Pr. Total
1	Banco de dados de serviços de engenharia com serviços e insumos das tabelas oficiais SICRO, SINAPI e SEDOP, e com preços de materiais atualizados para as 12 regiões de integração do Estado do Pará; fornecimento, instalação e suporte técnico.	Un	1	11.516,67	11.516,67
2	Licença Servidor do programa de computador de orçamento de obras capaz de gerir o banco de dados acima; fornecimento, instalação e suporte técnico.	Un	1	7.366,67	7.366,67
3	Licença Usuário do programa de computador de orçamento de obras ofertado acima, incluindo treinamento e suporte técnico.	Un	5	1.316,67	1.316,67
4	Serviços de coleta, análise e atualização de preços para as 12 regiões de integração do Estado do Pará	Mês	1	26.340,93	26.340,93
	Custo Geral				51.807,60
	BDI	%	26,36		13.656,48
	Preço Mensal				65.464,08
	Preço Anual				785.569,00

ANEXO II – ITENS RELEVANTES PARA QUALIFICAÇÃO.

Os quantitativos mínimos exigidos para comprovação da qualificação técnico-operacional foram definidos considerando a dimensão territorial do Estado do Pará, a necessidade de atendimento das 12 Regiões de Integração e a complexidade operacional inerente à manutenção e atualização permanente de banco de dados regionalizado de engenharia de custos.

As quantidades estabelecidas representam parcelas de maior relevância técnica e econômica do objeto contratado e correspondem a percentual inferior a 50% da estimativa de execução contratual, observando os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade previstos nos arts. 18, inciso IX, e 67 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Os quantitativos exigidos mostram-se indispensáveis para demonstrar experiência prévia compatível com a magnitude do banco de dados regionalizado que será disponibilizado à Administração.

A empresa proponente terá que comprovar mediante atestados de capacidade técnica registrado no CREA ou CAU a execução dos serviços a seguir (1, 2, 3 e 4).

Ordem	Serviço Relevante	Quantidade ofertada	Quantidade mínima	Unidade
1	Criação e aferição de composições de preço de serviços de engenharia.		1.200	Un
2	Precificação de materiais para as 12 Regiões de Integração do Estado do Pará.		4.500	Un
3	Cálculo ou pesquisa de peso de materiais		4500	Un
4	Coleta de preços de materiais		500	Un

Nota: As quantidades ofertadas terão que estar comprovadas mediante apresentação de uma ou mais de Certidão de Acervo Técnico (CAT) registrada no CREA ou CAU, acompanhada de Atestado de Capacidade técnica emitida por empresa pública, órgão público ou empresa privada. A apresentação dos quantitativos em mais de uma CAT será aceita desde que a soma dos quantitativos de cada item acima atinja ou ultrapasse a quantidade mínima constante na tabela acima.

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE PROPRIEDADE

A empresa _____ CNPJ _____ DECLARA que comprova a propriedade de programa de orçamento de obras ofertado através do seu registro de propriedade junto INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), para o que anexa Certificado de Registro de Programa de Computador emitido por aquele órgão onde consta, como titular do programa a empresa proponente ou ainda um ou mais sócios da empresa proponente, constante(s) no quadro social da mesma. Caso o registro de propriedade do programa não esteja em nome da empresa proponente ou de um ou mais dos seus sócios, esta terá que comprovar a propriedade, através de contrato de compra de programa fonte e direitos autorais, efetuado pela empresa proponente ou por um ou mais dos seus sócios.

_____, dd/mm/aaaa

Representante legal

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE CONVERSÃO

A empresa _____ CNPJ _____ DECLARA que se compromete, através deste documento e sob as penas da Lei, que caso seja vencedora do certame, efetuará a conversão de todos os dados existentes no banco de dados do sistema de orçamento em uso na SECRETARIA DE CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL/PA - SECIR, para o seu modelo, ficando operacional no sistema ofertado, no prazo de 60 dias após a assinatura do contrato. A comprovação será feita mediante a produção de relatórios no formato que o programa ofertado dispuser, porém contendo os dados contidos em relatórios arquivados, referentes aos orçamentos e suas versões, estando ciente que a inexecução total deste compromisso tempestivamente, resultará em cancelamento do contrato e aplicação de multa contratual de 20% do valor proposto para um ano de prestação de serviços, sem prejuízo para a SECRETARIA DE CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL.

_____, dd/mm/aaaa

Representante legal

ANEXO V – COMPOSIÇÃO DO BDI.

COMPOSIÇÃO ANALÍTICA DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

BDI SEM DESONERAÇÃO

ENGENHARIA CONSULTIVA (PROJETOS)

A) Despesas Indiretas e Lucro*

AC= Administração Central	4,93%
SG= Seguro e Garantia	0,49%
R= Riscos	1,39%
DF= Despesas Financeiras	0,99%
L= Lucro	7,01%

B) Tributos

I= Impostos	8,65%
ISS	5,00%
PIS	0,65%
CONFINS	3,00%
CPRB	0,00%

C) Valor Total do BDI

26,36%

*Fonte: Acórdão 2.622/2013 - TCU - Plenário

$$BDI = \frac{[(1 + AC + S + R + G)(1+DF)(1+L)] - 1}{(1-I)}$$

ANEXO A – MODELO DE PROPOSTA

A
SECRETARIA DAS CIDADES E INTEGRAÇÃO REGIONAL - SECIR
A Comissão de Licitação
Concorrência Eletrônica nº XXXXX/SECIR/2026
Data abertura da sessão pública: ____/____/2026 – XXX min.

Prezados Senhores;

A ____ (nome da empresa), com sede na _____, Bairro _____, CEP: _____, Cidade: _____, Estado: _____, telefone: (____) _____, fax: (____) _____, e-mail: _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual e/ou Municipal de nº _____, neste ato representada por seu _____ (cargo: sócio/diretor/procurador/responsável técnico) _____, apresenta sua carta proposta para a prestação do serviço na forma abaixo:

QUADRO DE QUANTIDADES E PREÇOS					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Pr. Unit.	Pr. Total
1	Banco de dados de serviços de engenharia com serviços e insumos das tabelas oficiais SICRO, SINAPI e SEDOP, e com preços de materiais atualizados para as 12 regiões de integração do Estado do Pará; fornecimento, instalação e suporte técnico.	Un	1		
2	Licença servidor do programa de computador de orçamento de obras capaz de gerir o banco de dados acima; fornecimento, instalação e suporte técnico.	Un	1		
3	Licença Usuário do programa de computador de orçamento de obras ofertado acima, incluindo treinamento e suporte técnico.	Un	5		
4	Serviços de coleta, análise e atualização de preços para as 12 regiões de integração do Estado do Pará	Mês	1		
	Custo Geral				
	BDI	%	26,36		
	Preço Mensal				
	Preço Anual				

1. O preço total para a prestação dos serviços, para 12 (doze) meses, é de R\$ ____ (____);
2. Os custos decorrentes do fornecimento, contendo a descrição de cada um dos itens que compõem o grupo licitado, estão detalhados na planilha de custos e formação de preços que

acompanha essa carta proposta (Anexo 1 – Planilha de Quantidades e Preços);

3. O prazo para início dos serviços será de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato;

4. O prazo de validade da proposta é de 120 (cento e vinte) dias.

✓ Declaramos ter conhecimento de todas as exigências da **SECIR** para a adequada execução do objeto, conforme a Concorrência Eletrônica nº XXXXX/SECIR/2026 e respectivos anexos.

✓ Declaramos, ainda, que estão incluídos no preço cotado todos os impostos, taxas, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes sobre o objeto desta concorrência, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Informações complementares exigidas no Edital:

Banco: _____; Agência: _____; Conta corrente: _____.

Belém (PA), _____/_____/_____
2024.

Assinatura do representante Nome da empresa
Nome do Representante Cargo/Função



ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2673156

Anexo/Sequencial: 29

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2012.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: ANA CARLA FARO GOMES,

CPF: ***.796.002-**

Em: 27/05/2026 14:15:51

Aut. Assinatura: ecf13627e39b5b8b80fc8119815053143236681abbfe9d399d303eeeeabb883ee



Identificador de autenticação: 36db248d-ee8d-4e4d-8479-65f009c732c8

Confira a autenticidade deste documento em

<https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo>